



Debate aponta necessidade de censo agropecuário em 2017

Comissão de Agricultura encaminhou emenda de R\$ 1,15 bilhão ao Orçamento da União do ano que vem para pesquisa, adiada pelo IBGE

O Brasil precisa fazer o novo censo agropecuário, previsto para 2017, para conhecer o perfil do campo e organizar o planejamento do setor. Foi o que defenderam ontem os participantes da audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O último censo é de 2006. Ana Amélia, que preside a comissão, disse que foi apresentada emenda ao Orçamento de 2017 no valor de R\$ 1,15 bilhão para fazer o censo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística adiou a pesquisa devido a cortes de R\$ 64 milhões no orçamento, feitos em abril. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Audiência na Comissão de Agricultura, conduzida por Ana Amélia, mostrou que é fundamental obter dados atualizados do setor para planejar as políticas públicas

SUS não é preparado para deficientes, diz depoente

Em um debate promovido ontem pela Procuradoria da Mulher do Senado, uma cadeirante relatou que a rede privada e o Sistema Único de Saúde (SUS) não estão preparados para lidar com pessoas com deficiência. Ela contou que profissionais de saúde já pediram que ficasse de pé para fazer uma mamografia. O debate fez parte da programação do Outubro Rosa. **2**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Vanessa Grazziotin (3ª à esq.) conduz debate sobre câncer de mama que fez parte da programação do Outubro Rosa

Palestra mostra paratletas como exemplo de vida

Em evento motivacional para servidores do Senado, o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, disse que a atitude dos competidores pode servir de inspiração para as pessoas e que a forma como encaram os problemas cabe como exemplo de vida. **2**

Verba de defesa agropecuária pode ter nova distribuição

Os recursos da União para defesa agropecuária podem passar a ser distribuídos aos estados com percentuais fixos, segundo projeto apresentado ontem pelo senador Roberto Muniz. O objetivo é garantir o desenvolvimento

de uma agropecuária competitiva, com a possibilidade de planejamento e gestão financeiros do setor.

A defesa agropecuária inclui ações de inspeção e controle da saúde dos animais e vegetais. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senador Roberto Muniz apresenta o projeto na Comissão de Agricultura



Jefferson Rudy/Agência Senado

Comissão de juristas que elabora anteprojeto de Lei Geral do Desporto debateu os investimentos do governo no setor

TCU quer prioridade para esporte escolar

Participantes de audiência na comissão de juristas que debate sugestões para uma Lei Geral do Desporto defenderam mais investimentos no esporte educacional. Dados do

Tribunal de Contas da União mostraram que o governo prioriza o esporte profissional e deixa de investir em desenvolver nos cidadãos o hábito de praticar esportes desde a vida escolar. **4**

Deficiente relata dificuldade para fazer mamografia

Cadeirante afirmou em evento organizado pela Procuradoria da Mulher que profissionais de saúde da rede privada e da rede pública não estão preparados para cuidar de pessoas com deficiência

COMO PARTE DA programação do Outubro Rosa, a Procuradoria da Mulher do Senado promoveu ontem um seminário sobre o câncer de mama. As poucas vagas para detecção e tratamento na rede pública e a falta de preparo para atender mulheres com deficiência foram as principais reclamações.

Carla Karine da Silva, cadeirante e usuária dos serviços de saúde pública, contou que demorou um ano e meio para conseguir fazer exames de ultrassom para confirmar o diagnóstico de câncer de mama. Segundo ela, com a demora, outro foco da doença foi detectado na outra mama, o que a levou à rede privada, onde pagou pelos exames.

Carla afirmou que tanto a rede pública quanto a rede privada não estão preparadas para atender pessoas com deficiência.

— Como faz a mamografia em pé? Eles perguntam assim: “Mas você não consegue ficar em pé nem um pouquinho?” — relatou.

A coordenadora-geral de

Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Odília de Sousa, explicou que o governo tem uma série de diretrizes sobre acessibilidade e cuidados da mulher com deficiência. De acordo com ela, o fluxo de pessoas e exames deve ser administrado pelas secretarias de Saúde.

O coordenador de Promoção de Direitos de Pessoas com Deficiência do Distrito Federal, Paulo Beck, disse que o governo federal precisa adequar as diretrizes à realidade.

— É um problema de gestão do SUS. O SUS determina que você seja atendido em qualquer lugar que esteja. Temos que

fazer com que a normatização desse sistema se aproxime da realidade — explicou.

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Graziottin (PCdoB-AM), manifestou preocupação com os impactos da PEC 241/2016, em análise no Congresso, que estabelece um teto para gastos públicos por 20 anos.

— Essa PEC vai subtrair recursos significativos das áreas sociais, como a saúde, apesar de dizerem que não — disse.

De acordo com o mastologista e professor do Hospital de Mulher da Unicamp César Cabello, há uma morte a cada três casos de câncer de mama.



Odília de Sousa, do Ministério da Saúde, fala em evento ao lado de Vanessa

Lasier Martins celebra 110 anos do voo do 14-Bis

Lasier Martins (PDT-RS) lembrou que no próximo domingo será comemorado o 110º ano do primeiro voo de um aparelho mais pesado do que o ar, o avião 14-Bis, construído e pilotado pelo brasileiro Alberto Santos Dumont, em Paris.

— Se não tivesse havido o 14-Bis, haveria hoje os boeings, os airbus, os aviões da Embraer e as aeronaves interplanetárias? — questionou o senador, que também lembrou que ontem foi o Dia Internacional do Controlador de Tráfego Aéreo.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Elmano: má gestão dos recursos hídricos facilita estiagem

“Estamos perdendo a guerra para a seca”, disse ontem Elmano Férrer (PTB-PI). Ele lamentou que o problema tenha se alastrando por todo o país.

Segundo o senador, o Nordeste sofre com a seca mais prolongada dos últimos 100 anos. Na opinião de Elmano, é necessário incentivar a participação da iniciativa privada e, acima de tudo, adotar ações planejadas.

— Nosso problema não é falta de água, é a má gestão de nossos recursos hídricos.



Moreno Matiz/Agência Senado

José Medeiros pede união em torno de soluções para a crise

O Brasil precisa de soluções que estão acima das disputas entre partidos, de acordo com José Medeiros (PSD-MT). O senador apontou a necessidade de reformas profundas no país e elogiou as mudanças no ensino médio. Na opinião dele, a oposição ataca os projetos de reformas, mas não apresenta propostas para sanar as contas públicas brasileiras.

— O Brasil está numa quebradeira geral. Neste momento, a discussão sobre quem é o culpado é o de menos.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Waldemir Borreto/Agência Senado

Presidente do comitê disse que esporte paralímpico é chance de capacitação

Paratletas inspiram atitudes do dia a dia, afirma Andrew Parsons

O presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, fez ontem uma palestra motivacional para os servidores do Senado, citando atletas paralímpicos. Ele chamou a atenção para as palavras da plateia ao ver imagens das competições.

— Nenhum de vocês falou em deficiência, limitação ou prótese e sim em determinação, garra, treino, e é nisso que os atletas focam. Eles maximizam o que funciona nos seus corpos e isso é uma lição para qualquer pessoa.

Parsons enfatizou a reação dos atletas aos problemas, o que deve ser encarado por todos como um exemplo. O dirigente falou sobre Shirleane Coelho, de arremesso de dardo, que antes de ganhar medalhas em Pequim, Londres e no Rio foi empregada doméstica. A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, destacou a intenção de levar ao Senado “o orgulho que tomou conta dos brasileiros com a realização das Olimpíadas e das Paralimpíadas no Rio de Janeiro”.

Conselho de Ética recebe representação contra Caiado

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto Souza, recebeu ontem uma petição do PT em desfavor de Ronaldo Caiado (DEM-GO). A representação faz referência a ofensas que Caiado teria feito a Lindbergh Farias (PT-RJ)

durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

João Alberto encaminhou o documento à Advocacia do Senado Federal.

— Quero estar bem embaçado para tomar a decisão de aceitar ou não essa representação — disse o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão de discursos e avisos da Mesa Diretora.

DESPORTO Sistema Nacional do Esporte

9h A comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto da Lei Geral do Desporto Brasileiro realiza audiência sobre o financiamento público e o Sistema Nacional do Esporte. Às 14h, discute tributação e loterias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Brasil precisa fazer novo censo agropecuário, dizem especialistas

A última pesquisa foi feita em 2006. Representantes do setor afirmam que novos dados são necessários para definir políticas públicas

PARA CONHECER O perfil do campo e planejar o setor agropecuário, o país precisa fazer o censo agropecuário, previsto para 2017. Foi o que defenderam ontem os participantes da audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O último censo é de 2006.

A pesquisa está ameaçada pela falta de recursos, já que o Ministério do Planejamento, ainda na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff, em abril, fez cortes no orçamento inicial de R\$ 330 milhões para R\$ 266 milhões. A diminuição orçamentária levou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a adiá-lo.

— O censo agropecuário é fundamental. Não o concebemos como despesa, mas como investimento. O recenseamento permitirá que os governos possam acertar as políticas públicas — disse o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), lembrou que a comissão destinou R\$ 1,15 bilhão para realização do censo, por meio de emendas ao projeto orçamentário de 2017 (PLN 18/2016), atualmente em discussão no Congresso. A palavra final cabe à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que decidirá se acata a emenda.

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



Ana Amélia, presidente da comissão, divulgou a apresentação de emenda ao Orçamento para financiar o censo em 2017

(Ipea), José Eustáquio Vieira Filho, defendeu a atualização da base de dados do campo brasileiro para o planejamento adequado do setor agropecuário. Segundo ele, apesar dos avanços na agricultura impulsionados pela tecnologia, o país sofre com a grande desigualdade entre os proprietários rurais.

Pelo censo de 2006, havia 5,1 milhões de estabelecimentos rurais no país, dos quais quase 4 milhões eram de baixa renda, sem acesso à tecnologia. A desigualdade é maior nas Regiões Norte e Nordeste.

— Há instituições fortes no país que podem promover a adoção de tecnologias, mas há uma defasagem educacional em determinados ambientes que impede que isso aconteça. Com o censo desatualizado, a situação fica ainda pior.

Ele criticou a legislação que retira benefícios do agricultor familiar em vias de aumentar seu negócio, no que recebeu apoio do senador Waldemir

Moka (PMDB-MS):

— O país precisa estimular o pequeno a ser médio e o médio a ser grande, não condená-lo a ser pequeno o resto da vida.

Concentração

O pesquisador da Embrapa Zander Navarro disse que o censo de 2006 já demonstrava que o Brasil tinha entrado uma nova fase da história rural, aberta a inovações. Segundo ele, essa fase tende a concentrar riqueza, não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e na Europa. Aqui, 11% dos produtores ficam com 87% da riqueza produzida no campo.

Os dados de concentração da produção foram corroborados pelo presidente da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Marcelo Braga, que defendeu o censo para obter uma análise estrutural e conjuntural do campo brasileiro.

Ele citou o exemplo do “milagre do Cerrado” com a soja:

o país consegue disputar com outros produtores mundiais porque os pesquisadores brasileiros, conhecendo o bioma, aprenderam a fazer o melhoramento genético e conseguiram adaptar o grão à realidade tropical.

Recenseamento

Luiz Fernando Rodrigues, do IBGE, explicou como o recenseamento se dará na prática. Os recenseadores partem dos dados de 2006, visitam as propriedades rurais para confirmá-los, cadastram novas propriedades ou excluem as que não existem mais. Há previsão de contratação de 63 mil recenseadores e aquisição de 80 mil tablets. Os dados podem ser transmitidos por wi-fi, o que permite a checagem quase em tempo real, pelos supervisores, das informações coletadas em campo.

O senador Roberto Muniz (PP-BA) avaliou que há ignorância generalizada sobre a importância da vida rural.

Muniz propõe regras para distribuição de verba a defesa agropecuária

Roberto Muniz (PP-BA) apresentou ontem, em reunião da Comissão de Agricultura (CRA), projeto dele que disciplina a distribuição de recursos do Orçamento da União para a defesa agropecuária. A proposta (PLS 379/2016) começou a tramitar na quarta.

Pelo projeto, haverá percentuais fixos, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE), para os repasses dos entes federados às ações de inspeção e controle da saúde dos animais e vegetais. O objetivo, disse o senador, é garantir o desenvolvimento de uma agropecuária competitiva, com a possibilidade de planejamento e gestão financeiros do setor, cujas atividades estão ligadas à qualidade dos produtos.

Segundo ele, com os novos percentuais de repasse, haverá melhorias na execução dos recursos do Ministério da Agricultura que já são destinados para os estados e a possibi-

lidade de maior controle da pasta sobre as ações de defesa sanitária agropecuária.

A proposta prevê a partilha de 80% dos recursos destinados aos repasses federais, ficando os outros 20% destinados, a critério do ministério, para possível compensação a entes federados ou para emergências sanitárias. Hoje as verbas para as ações de defesa são deliberadas por convênios entre a União e os entes da Federação.

O projeto altera o processo ao instituir a transferência mensal, direta e obrigatória dos recursos para contas dos entes federativos, na proporção de 1/12 do valor previsto veda o uso para pagar despesas de caráter continuado.

Muniz ressaltou que as atividades são de natureza contínua e carecem de segurança financeira:

— A suspensão ou contingenciamento dos recursos orçamentários, mesmo que por breves períodos, podem

colocar em risco os objetivos.

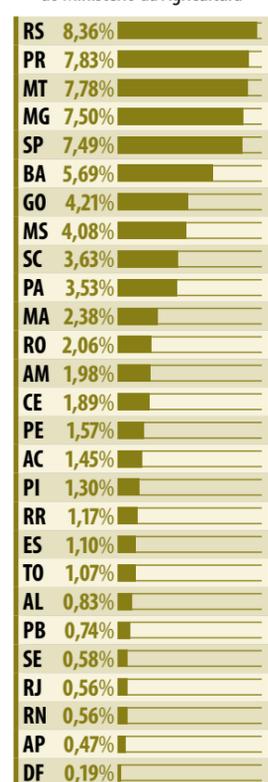
Ele entende que um sistema robusto de defesa, com aperfeiçoamento no planejamento e na gestão financeira, vai ao encontro do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa). Muniz argumentou que a proposta apresenta ao sistema alternativas de financiamento aos órgãos executores, cujas atuações estão atreladas às questões de saúde, segurança alimentar, meio ambiente, economia sustentável e emprego e renda.

O senador propõe que a distribuição dos recursos leve em consideração metas e parâmetros relativos à realidade de cada estado e município, como área plantada, extensão de fronteiras internacionais, rebanhos registrados e população rural, exportações e participação de pessoal ocupado na agricultura familiar.

O senador Wellington Fagundes (PR-MT), que é veterinário, será o relator do projeto.

Repases da União

Recursos para defesa agropecuária. Os 20% restantes ficam a critério do Ministério da Agricultura



Ana Amélia: prisão de Cunha mostra que lei vale para todos

“Não é mais apenas pobre ou ladrão de galinha que vai para cadeia.” A afirmação foi feita por Ana Amélia (PP-RS), em referência à prisão do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e de outros políticos e empresários. Segundo a senadora, ninguém mais está acima das leis.

Ana Amélia manifestou apoio às dez medidas de combate à corrupção que estão em análise na Câmara e elogiou a atuação do Ministério Público Federal no Paraná e o juiz Sergio Moro.

— Sergio Moro está sendo uma espécie de sopro de esperança para a sociedade brasileira. A corrupção é a pior doença que pode grassar numa sociedade.

Teto de gastos ameaça Estado de bem-estar social, afirma Lídice

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou a PEC 241/2016, que congela as despesas do governo federal por 20 anos. Na visão da senadora, o Brasil parece viver o avesso do sonho de um país justo e igualitário. Ela argumentou que a Constituição de 1988 foi criada para buscar a construção de um Estado de bem-estar social, com proteção dos mais pobres.

— Não há mais projeto nacional e não há mais pacto. Na opinião de Lídice, os cortes orçamentários revelam no governo Temer um “monetarismo vazio” e um “programa liberal”.

Governo Temer precisa ouvir mais a sociedade, diz Regina

Regina Sousa (PT-PI) disse estar preocupada com a pressão com que o governo Michel Temer quer implementar mudanças sem debater com a sociedade. Um dos exemplos foi a aprovação da medida provisória que vai facilitar privatizações no setor elétrico.

— É preciso fazer mais debate. Se debatendo já sai ruim, sem debate sai muito pior — concluiu.

Na quarta, a senadora comemorou a o Dia do Piauí e ressaltou a posição de destaque do estado na produção de energia eólica.

Para TCU, país deve apostar no esporte escolar

Em debate na comissão que proporá nova Lei Geral do Desporto, especialistas disseram que esporte na escola precisa ter prioridade financeira por ser capaz de mudar sociedade

NA AVALIAÇÃO DO Tribunal de Contas da União (TCU), o governo federal erra ao priorizar o esporte profissional em detrimento do esporte educacional. De 2010 a 2014, segundo o TCU, foram investidos R\$ 7,7 bilhões no esporte profissional, como preparação para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A crítica foi feita pelo secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU, Ismar Barbosa Cruz, durante uma das duas audiências organizadas ontem pela comissão de juristas encarregada pelo Senado de elaborar o anteprojeto da Lei Geral do Desporto.

Na avaliação do presidente do Fórum Nacional dos Secretários Municipais de Esporte e Lazer, Humberto Panzetti, 50% dos recursos deveriam ir para o esporte educacional, 30% para o esporte de participação (de lazer) e 20% para o esporte de alto rendimento (profissional).

— Temos três Poderes que não falam entre si. O governo federal deixa claro que a prioridade é o alto rendimento. Os estados vivem um momento bastante complicado. Os municípios deveriam ter aquele compromisso e aquele ideal de trabalhar o esporte educacional e o esporte de participação, que são os que podem transformar a sociedade — afirmou.

Democratização

A professora Cássia Damiani, que presidiu o grupo de trabalho do Ministério



Andrew Parsons, do Comitê Paralímpico Brasileiro, diz que escolas não sabem incluir no esporte crianças com deficiência

do Esporte que elaborou o projeto de Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Nacional do Esporte, ressaltou que países com participação maciça e vitoriosa no esporte buscaram a democratização da atividade, principalmente nas escolas.

Educação física

Representando o Conselho Federal de Educação Física, Roberto Jorge Saad defendeu o fortalecimento do esporte escolar e criticou a Medida Provisória (MP) 746/2016, que promove uma reforma no ensino médio.

Um dos dispositivos da MP retira a obrigatoriedade de as escolas oferecerem educação física.

— Falamos tanto da escola como berço do esporte e, num contrassenso, vem essa medida, talvez não tão pensada assim, que tira a obrigatoriedade da educação física. Ela tem que estar presente em toda a formação do cidadão, e não só na primeira fase, deixando a fase juvenil desprovida de atendimento na escola — protestou.

O presidente do Comitê

Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons, citou os problemas que as crianças com deficiência enfrentam na iniciação esportiva:

— A escola deveria ser o agente de formação, mas não funciona dessa forma. Na maioria das vezes, a criança é dispensada da aula de educação física e é alijada da vida esportiva porque não teve uma iniciação adequada. O comitê assume para si uma tarefa que é do Estado, que é capacitar os profissionais da rede pública a receber a criança com deficiência — disse.

Universidade

A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) fez um apelo para ser incluída como recipiente direta de verbas de apoio. Atualmente a entidade recebe repasses dos comitês mediante a apresentação de projetos específicos. O representante da CBDU no debate, Hezir Espíndola, disse que isso tem prejudicado o trabalho:

— Muitas competições universitárias não são realizadas ou são mal realizadas porque

o recurso chega no dia ou não chega. O COB demora para aprovar os projetos. É uma luta permanente.

Resultados

Para o ex-velejador Lars Graef, hoje diretor técnico da Confederação Brasileira de Clubes (CBC), o anteprojeto da Lei Geral do Desporto precisa levar em conta que o direcionamento de verbas para o esporte não pode ter como meta principal a obtenção de resultados instantâneos nem basear o aporte financeiro no desempenho em grandes eventos. Para ele, o mais importante é desenvolver mecanismos que garantam a boa gestão e a continuidade das políticas:

— O esporte não admite imediatismo. Os investimentos que fazemos desde a base vão dar resultado a médio e a longo prazo. Ao definir o desempenho das entidades, temos que avaliar o compromisso delas com a sustentabilidade.

Integrante da comissão do Senado, o jurista Pedro Trengrouse afirmou que o

dinheiro não pode ficar preso na burocracia, sem conseguir chegar ao esporte.

— Esse anteprojeto tem que deixar claro aonde o dinheiro tem que chegar e o que tem que fazer. Há um grande emaranhado do esporte brasileiro que precisa ser passado a limpo — disse.

O presidente da Comissão do Desporto Militar do Brasil, Paulo Martino Zuccaro, defendeu que o esporte militar deve ganhar lugar próprio no Sistema Nacional do Esporte, para que os programas tocados pelas Forças Armadas ganhem mais segurança e previsibilidade.

— Nosso programa é um multiplicador de efeitos, um potencializador das capacidades e dos benefícios que todas as entidades podem oferecer. A gente não quer ter exclusividade nem quer menosprezar os outros projetos. Quem sabe a nova lei possa sistematizar e organizar tudo isso.

Forças Armadas

Zuccaro destacou a participação bem-sucedida nas Olimpíadas e nas Paralimpíadas de atletas brasileiros que são militares e treinam com o apoio das Forças Armadas. Eles recebem treinamento, salário, alojamento e apoio médico, fisioterápico e nutricional.

Os investimentos militares foram elogiados pelos membros da comissão de juristas e destacados como um exemplo de eficiência e boa gestão de recursos.

Chaves: sociedade será ouvida sobre reforma do ensino médio

Pedro Chaves (PSC-MS), relator da medida provisória da reforma do ensino médio (MP 746/2016), disse ontem que nada é mais urgente no Brasil do que melhorar a educação. Disse que o fato de a reforma ter sido tratada por meio de uma MP não impedirá que a sociedade seja ouvida sobre o assunto.

— Como relator, terei a responsabilidade de escutar os diversos segmentos que desejam construir um modelo eficaz de educação que atenda aos anseios do país — afirmou.

Para ele, é preciso consertar o sistema para evitar a evasão de cérebros. O ensino médio está estagnado e com desempenho abaixo da meta fixada pelo governo. No primeiro ano, a reprovação chega a 16,6% e o abandono, a 8,8%.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Para Gleisi, ofício do MEC é retrocesso, como decreto da ditadura

Em Plenário, Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou o ofício do Ministério da Educação que pede aos dirigentes dos institutos federais de ensino profissional e tecnológico a identificação dos estudantes que estiverem ocupando essas escolas. Ela comparou a medida ao Decreto-Lei 477/1969, do regime militar, que previa punição a professores, alunos e funcionários de estabelecimentos de ensino que cometessem “infrações disciplinares” como “incitar deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar”. Gleisi qualificou a medida como retrocesso e perguntou qual a finalidade de querer identificar estudantes e professores que participam das ocupações e de protestos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ivo Cassol comemora sanção de recursos para estudantes

A sanção do projeto que libera recursos para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi comemorada por Ivo Cassol (PP-RO). O senador disse que muitos estudantes estavam “vivendo um pesadelo” porque não tinham como saldar suas dívidas e dependem do programa para cursar universidades privadas.

— Se queremos melhorar a educação e a vida dos brasileiros, só temos um caminho: contribuir, incentivar e colocar recursos para que as pessoas possam se capacitar, se aperfeiçoar, disputar neste mundo tão competitivo.

Cassol informou que destinará emenda individual de R\$ 40 milhões no Orçamento para a Universidade Estadual de Rondônia.



Moreira Matiz/Agência Senado

Aloysio: crédito de R\$ 3 bi é importante para país saldar dívidas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) comemorou a aprovação pelo Congresso do projeto de lei que abre crédito suplementar de R\$ 3 bilhões para que o Brasil possa quitar contribuições com 53 organismos internacionais.

O senador disse que o Brasil estava inadimplente há muitos anos com a maioria dessas organizações e poderia perder o direito a voto ou até sofrer sanções de entidades como o Tribunal Penal Internacional, a Assembleia Geral das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a Unesco, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e outras.

Segundo Aloysio, a partir de agora, o país pretende não mais atrasar o pagamento dessas contribuições obrigatórias ou voluntárias.



Moreira Matiz/Agência Senado

Dário afirma que PEC do Teto de Gastos é vital para o futuro

A proposta que limita os gastos públicos à inflação do ano anterior por 20 anos (PEC 241/2016) e a aprovação de reformas que permitam ao país restaurar sua credibilidade “são vitais para o futuro”, segundo Dário Berger (PMDB-SC).

— Se a classe política tivesse administrado o país com responsabilidade, não seria necessário incluir o óbvio na Constituição — disse.

O senador chamou a atenção para os efeitos dos gastos acima da arrecadação, destacando, entre eles, o elevado índice de desemprego no país.

— Não há situação mais desesperadora do que a falta de recursos básicos para a sobrevivência. Estamos com 12 milhões de trabalhadores, hoje, nessa situação.



Moreira Matiz/Agência Senado